



COC –

COORDENAÇÃO DO CURSO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DE RIBEIRÃO PRETO

PROJETO LABORATÓRIO FDRP

LAB. [X] I - [] II - [] III - [] IV - [] V - [] VI - [] IX

ANO/SEMESTRE: 2026/1

| | |
|--|---|
| TÍTULO DO EIXO A SER DESENVOLVIDO | Laboratório “Diálogos antirracistas entre o ensino superior e a educação básica” - AfroLAB Diálogos Antirracistas |
| DOCENTES RESPONSÁVEIS | Fredson Sado Oliveira Carneiro |
| ODS-ONU que abrange(m) a atividade proposta, se for o caso | ODS 1- Erradicação da pobreza; ODS 4 - Educação de qualidade; ODS 10 - Redução das desigualdades; ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes; e ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial |
| NÚMERO MÁXIMO DE ALUNOS, SE HOUVER | 25 |
| GRUPO SOCIAL ALVO DA ATIVIDADE | Professores da rede pública de ensino de Ribeirão Preto |
| CARGA HORÁRIA TOTAL | 06 - trabalho (Horas Extensão: 06) |

OBJETIVOS:

O objetivo geral do projeto consiste em buscar uma aproximação da USP com a comunidade para qualificar a formação de professores e estudantes no campo das relações étnico-raciais. Os objetivos específicos consistem em:

- 1) habilitar estudantes e professores para compreender a dimensão das relações raciais na sociedade brasileira e o seu impacto na educação básica e superior;
- 2) contribuir com diálogos antirracistas, necessários para o desenvolvimento do país e para a operacionalização da Agenda 2030;
- 3) sensibilizar e capacitar educadores para a aplicação da legislação antidiscriminatória no ambiente escolar;
- 4) promover rodas de conversa e oficinas sobre história e cultura afro-brasileira e indígena;
- 5) publicizar materiais didáticos e pedagógicos com enfoque antirracista, especialmente o Kit Educativo Africano e Afro-Brasileiro; e
- 6) avaliar os impactos das ações formativas junto à comunidade escolar.

METODOLOGIA:

A metodologia deste eixo se fundamenta em três pilares essenciais:

Pesquisa-Ação: Não se trata de uma metodologia em que a universidade "leva" o conhecimento, mas sim de uma construção conjunta. Os estudantes de direito atuarão como pesquisadores e agentes, aprendendo com a comunidade ao mesmo tempo em que contribuem para a reflexão e a ação. O conhecimento será produzido na e com a prática.

Pedagogia da Autonomia e do Diálogo: As relações serão horizontalizadas. Os saberes dos estudantes de direito, dos membros das organizações parceiras e dos professores da educação básica serão igualmente valorizados. O diálogo é a ferramenta central para a desconstrução de preconceitos e a construção de novas perspectivas.

Interseccionalidade e Vivência: A análise das relações raciais será sempre conectada a outros marcadores sociais da diferença, como gênero, classe e território. A metodologia valorizará as experiências e vivências dos participantes como fontes legítimas de conhecimento.

Esta metodologia garante que a disciplina promova a curricularização da extensão para a qual foi proposta, transformando-se em uma potente ferramenta de formação cidadã e antirracista para os futuros operadores do direito e, ao mesmo tempo, em uma iniciativa relevante e respeitosa de diálogo e fortalecimento comunitário em Ribeirão Preto.

ARTICULAÇÃO DO EIXO COM O PPP E COM OUTRAS DISCIPLINAS:

O projeto “Diálogos antirracistas” articula-se com o Plano Político-Pedagógico (PPP) do curso de Direito não como uma atividade anexa, mas como a materialização exemplar de seus princípios mais inovadores. Ao deslocar o eixo da aprendizagem para fora dos muros da universidade, a iniciativa promove a superação do formalismo jurídico, transformando a interdisciplinaridade de uma diretriz teórica em uma prática pedagógica concreta e situada. A proposta apresenta ao estudante a possibilidade de compreender o fenômeno jurídico a partir de suas intersecções com a realidade social, política e cultural, cumprindo a missão do PPP de formar juristas com uma visão crítica e contextualizada do Direito.

Essa articulação se aprofunda na medida em que a metodologia exige um diálogo mandatório com outros campos do saber, notadamente a Pedagogia e as Ciências Sociais. Para planejar e executar uma oficina sobre direitos em uma escola da periferia, o conhecimento técnico-jurídico é insuficiente. O discente é impelido a mobilizar ferramentas da Sociologia Jurídica para realizar o diagnóstico comunitário, da Antropologia para respeitar e valorizar os saberes locais e, fundamentalmente, da Pedagogia para construir uma comunicação horizontal e eficaz com estudantes da educação básica. Dessa forma, o projeto força uma interdisciplinaridade aplicada, que humaniza a formação e capacita o futuro jurista para a mediação e o diálogo.

Adicionalmente, as parcerias estratégicas com o COMDEPIR, o Centro Cultural Orunmilá e a OAB são, em si, um exercício interdisciplinar que expande as fontes do conhecimento jurídico. Ao interagir com o movimento negro organizado e com espaços de resistência cultural, os estudantes aprendem que o Direito Antirracista não emana apenas da legislação estatal, mas também das lutas históricas, das práticas comunitárias e dos saberes produzidos pela população negra. Esta imersão ensina que a cultura e a memória são fontes do “Direito vivo”, desafiando a visão positivista de que a lei é um sistema autônomo e neutro, e alinhando-se à proposta do PPP de um Direito conectado às suas raízes sociais.

Por fim, a metodologia de pesquisa-ação consolida essa perspectiva interdisciplinar ao fundir teoria e prática de modo indissociável. O estudante não é um mero observador, mas um agente que investiga, planeja, age e reflete sobre sua própria prática. Essa abordagem cumpre o objetivo final do PPP: formar não apenas um técnico operador da lei, mas um cidadão-intelectual dotado de letramento racial, sensibilidade social e capacidade de análise crítica. Ao vivenciar os desafios da desigualdade racial no território, o futuro jurista desenvolve as competências humanísticas e políticas essenciais para atuar na promoção da justiça e na transformação social, tornando-se o profissional que o PPP almeja formar.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:

A disciplina será organizada em cinco fases interdependentes, que combinam formação teórica, imersão, planejamento, ação e reflexão.

Fase 1 (2026.1): Formação Teórica e Metodológica (Intramuros e com parceiros iniciais)

Objetivo: Proporcionar aos estudantes de direito o arcabouço teórico-crítico e as ferramentas metodológicas necessárias para a atuação em campo.

Atividades:

Seminários Introdutórios (Faculdade de Direito): Encontros na universidade para discutir textos-chave sobre: história do racismo no Brasil, legislação antirracista (Lei nº 10.639/03, Estatuto da Igualdade Racial, Lei Caó), conceitos de racismo estrutural, institucional e recreativo, branquitude crítica e letramento racial.

Encontros com Parceiros-Formadores: Serão organizados encontros iniciais, ainda em ambiente controlado (na OAB, no Centro de Referência em Educação para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Ribeirão Preto ou na própria USP), com representantes de cada instituição parceira.

I - Com a OAB (Comissão de Igualdade Racial): Palestra sobre a atuação jurídica no combate à discriminação racial e os desafios práticos.

II - Com o COMDEPIR: Apresentação sobre a história do movimento negro em Ribeirão Preto e as políticas públicas em debate.

III - Com o Centro Cultural Orunmilá: Roda de conversa sobre a importância da cultura e da religiosidade de matriz africana como ferramentas de resistência e afirmação identitária.

IV - Com o Centro de Referência da SME: Oficina sobre a implementação da Lei nº 10.639/03 na rede municipal e os desafios pedagógicos enfrentados pelos professores.

Local: Majoritariamente na Faculdade de Direito, com visitas pontuais às sedes dos parceiros para a formação inicial.

Fase 2 (2026.2): Imersão e Diagnóstico Participativo (Extramuros)

Objetivo: Compreender a realidade, as demandas e as potencialidades das escolas parceiras, construindo um diagnóstico junto com a comunidade escolar.

Atividades:

I - Visitas de Observação: Os estudantes, em pequenos grupos, realizarão visitas às escolas parceiras na periferia de Ribeirão Preto. O foco será observar as dinâmicas, conversar informalmente com gestores, professores e funcionários.

II - Rodas de Escuta: Organização de rodas de conversa iniciais com estudantes do ensino básico e professores. O objetivo principal nesta fase é *ouvir*: Quais são suas percepções sobre racismo na escola e no bairro? Quais temas gostariam de discutir? Quais são as dificuldades e as iniciativas que já existem?

III - Mapeamento Comunitário: Com o apoio do COMDEPIR e do Centro Cultural Orunmilá, os estudantes mapearão iniciativas e lideranças negras no entorno das escolas, compreendendo a rede de apoio e resistência existente no território.

Local: Exclusivamente nas escolas, no Centro Cultural Orunmilá e no território das comunidades atendidas.

Fase 3 (2026.2): Sistematização, Avaliação e Devolutiva

Objetivo: Refletir criticamente sobre o processo, avaliar os resultados e compartilhar o conhecimento produzido com todos os envolvidos.

Atividades:

- a) **Diários de Campo e Relatórios Críticos:** Cada estudante deverá produzir um portfólio reflexivo, conectando a experiência prática com a teoria estudada na Fase 1.
- b) **Seminário de Encerramento:** Um grande encontro com a participação de todos: estudantes da USP, alunos e professores das escolas, membros da OAB, COMDEPIR, Centro de Referência e Centro Cultural Orunmilá. Neste evento, serão apresentados os resultados, as experiências e os aprendizados. Será um momento de celebração e avaliação coletiva.
- c) **Devolutiva para a Comunidade:** Os grupos produzirão materiais consolidados a partir das oficinas (uma cartilha, um vídeo-documentário curto, um podcast) que serão entregues às escolas e aos parceiros como um produto concreto do projeto, garantindo a perpetuação do conhecimento construído.
- d) **Avaliação do Processo:** Aplicação de formulários e rodas de conversa avaliativas com todos os participantes para medir o impacto do projeto tanto na formação dos estudantes de direito quanto na comunidade escolar.

Local: O seminário final pode ocorrer em um local de destaque, como o auditório da FDRP, na OAB ou no Centro Cultural Orunmilá, para valorizar a conclusão do ciclo. A sistematização ocorrerá nos espaços da universidade.

MÉTODO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS DISCENTES EMPREGADO PELO DOCENTE:

Os indicadores de avaliação observam o caráter curricularizador da atividade de extensão, através do qual os discentes serão avaliados. A atividade avaliativa será um relatório final, no qual deverão ser explicitados os resultados alcançados ao longo das atividades desenvolvidas. Este documento deverá contemplar, de maneira analítica e crítica, as atividades desenvolvidas ao longo do processo, bem como os obstáculos enfrentados, indicando se esses entraves puderam ser superados e de que modo isso se deu. O relatório final, além de registrar as impressões dos discentes sobre as atividades em campo, será um produto coletivo que deverá detalhar o trabalho desenvolvido, desde a sua preparação, a escolha dos autores e autoras de referência, o trabalho com a bibliografia básica, entre outros. Ainda, caberá aos discentes registrar eventuais reformulações da proposta original das atividades formativas, especificando se tais mudanças decorreram de demandas dos educadores

participantes, de limitações logísticas ou de circunstâncias imprevistas que impactaram o andamento do projeto. Além disso, será estimulada a participação ativa dos discentes no Congresso de Cultura e Extensão da USP, seja por meio da apresentação dos resultados parciais do projeto em desenvolvimento, seja pela exposição dos resultados finais obtidos, a depender do estágio em que se encontrarão as ações no período do evento.

MÉTODO DE AVALIAÇÃO DO IMPACTO PARA O GRUPO SOCIAL ALVO QUE SERÁ EMPREGADO PELO DOCENTE:

O método de avaliação de impacto para o grupo social alvo será concebido como a etapa final do processo dialógico, transcendendo a mera aferição quantitativa para adotar uma abordagem essencialmente qualitativa e participativa. Em consonância com a metodologia de pesquisa-ação, a avaliação não será uma ferramenta externa de medição, mas um momento de reflexão conjunta construído com a comunidade escolar. Para isso, o docente empregará ferramentas como rodas de conversa avaliativas com os alunos e professores, grupos focais para aprofundar percepções específicas e entrevistas semiestruturadas com lideranças escolares e comunitárias. O foco será analisar as narrativas dos participantes para identificar evidências de impacto em três dimensões centrais: o fortalecimento da identidade racial positiva; o aumento da capacidade de nomear, identificar e reagir a práticas racistas no cotidiano; e a apropriação de um discurso de direitos e cidadania. Desta forma, a avaliação buscará capturar a ressignificação das experiências e o fortalecimento da agência dos sujeitos, valorizando suas vozes como o principal indicador do sucesso do projeto.